

✓
M
W



Relatório de Gestão

2017

✓
uy

PENAPARQUE 2 - Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova EM
Parque Industrial da Espinheira, Sala 8
Sazes do Lorvão

wl

NIPC 506963802

Inscrita na Conservatória do Registo Comercial de Penacova sob o nº 1

ORGÃO SOCIAIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente - Humberto José Baptista Oliveira

Administrador - António Ralha Ribeiro

Administrador - Celso Gaspar Vieira Simões

ASSEMBLEIA GERAL

Representante do Município de Penacova - João Filipe Martins Azadinho Cordeiro

FISCAL ÚNICO

Sociedade Revisores Oficiais de Contas

- Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados SROC SA

Nos termos do art. 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos da empresa submetemos à apreciação o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2017, da sociedade PENAPARQUE 2 - Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M..

1- ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

A *PENAPARQUE 2, E.M.*, tem a responsabilidade da gestão dos seguintes equipamentos/actividades municipais:

- Parque Industrial da Espinheira e os respectivos serviços de apoio (Bar);
- Zonas de estacionamento público de duração limitada na vila de Penacova;
- Parque de Estacionamento da Rua da Eirinha;
- Parque de Campismo Municipal de Vila Nova;
- Museu do Moinho (Portela de Oliveira).
- Posto de Turismo de Penacova
- Bar do Reconquinho
- Cafeteria do Moinho
- Café Turismo
- Bar 21
- Restaurante das Piscinas de Penacova
- Restaurante Panorâmico

Cada uma destas actividades, respeitam às seguintes áreas previstas no objecto social, nomeadamente:

- Área de intervenção da gestão e manutenção de espaços industriais e comerciais;
- Área de intervenção da gestão e manutenção de espaços de estacionamento público;
- Área de intervenção da gestão e manutenção de investimentos turísticos e restauração;
- Área de intervenção da gestão e manutenção de investimentos em energias renováveis.

1.1-Parque Industrial da Espinheira

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

O ano de 2017 foi um ano estável em termos de ocupação dos módulos do Pavilhão Industrial. Manteve-se ao longo do ano os 100% de ocupação, e mantemos uma lista de espera de empresas com interesse em arrendar um dos nossos espaços assim que algum fique vago. Esta lista tem, como é natural, saídas e entradas ao longo do ano, e é de especial relevância que a maior parte das manifestações de interesse vem da parte de entidades de fora do concelho, que se querem instalar em Penacova. É notória a evolução positiva que a gestão dos pavilhões tem originado, e é de especial relevância o papel que o Parque Industrial da Espinheira tem desempenhado nos últimos três anos em "angariar" mais empresas para se instalarem no concelho de Penacova. No início do ano de 2017 ficou concluída a pintura externa dos Pavilhões, e temos agora uma cara lavada no nosso Parque, sendo que também foi necessário resolver alguns problemas de infiltração de águas pluviais, tanto no edifício dos módulos industriais, como no edifício administrativo.

O Gráfico 1, elucida a evolução nos quatro últimos anos da taxa de ocupação dos módulos do Pavilhão Industrial, sendo visível a manutenção da mesma em 100% entre 2015 e 2017.



Gráfico 1

Em relação ao edifício administrativo, tivemos uma redução da taxa de ocupação, desde que ficaram duas salas vagas devido à transferência de escritórios para os módulos industriais das empresas. Assim, no final de 2017 existem três salas tipo disponíveis, e ocupadas temos cinco salas tipo e uma sala de formação transformada em escritório.

O pequeno refeitório que serve os funcionários das empresas instaladas no Parque não teve alterações significativas nas principais rubricas, pese embora a melhoria do resultado negativo em 1.210,25€. Foram realizadas pequenas intervenções no espaço, que

✓
 [Handwritten signature]
 [Handwritten signature]

proporcionaram uma melhoria significativa na qualidade do serviço prestado, e isso refletiu-se no aumento do volume de vendas deste espaço.

O Gráfico 2, pretende sistematizar a evolução dos indicadores mais importantes dos últimos 5 anos do refeitório/bar, a saber: custos de pessoal, custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, receitas, outros gastos e resultados.

Gráfico 2

1.2-Estacionamento Público

Nesta área de intervenção, a **PENAPARQUE 2, E.M.** actuou na gestão do estacionamento público determinado pela Câmara Municipal como espaço de estacionamento de duração limitada. No final de 2017 registou-se uma saída de uma das arrendatárias do Parque de Estacionamento, e, entretanto, lançou-se um concurso para arrendamento daquele espaço.

O Gráfico 3, ilustra a evolução do resultado das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, e da exploração do Parque de Estacionamento.

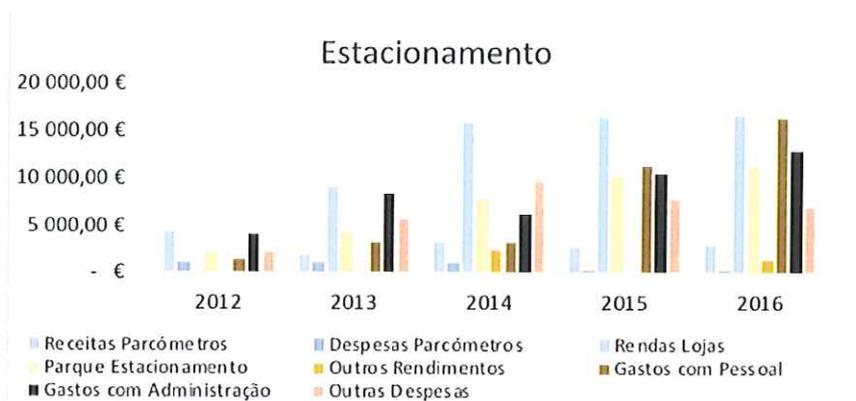


Gráfico 3

1.3-Parque de Campismo Municipal

✓
 [Handwritten signature]
 [Handwritten signature]

Pelo quarto ano consecutivo, a **PENAPARQUE 2, E.M.** não assegurou a exploração do Parque de Campismo Municipal, localizado em Vila Nova. Esta encontra-se concessionada ao promotor Bruno Querido. O objetivo principal da **PENAPARQUE 2, E.M.** é o de reforçar a competitividade do Parque de Campismo Municipal, e de que este espaço seja um fator de atração e cativação de turistas no nosso concelho, algo que está progressivamente a ser atingido pelo promotor privado.

O Gráfico 4, realça a evolução registada nos últimos cinco anos

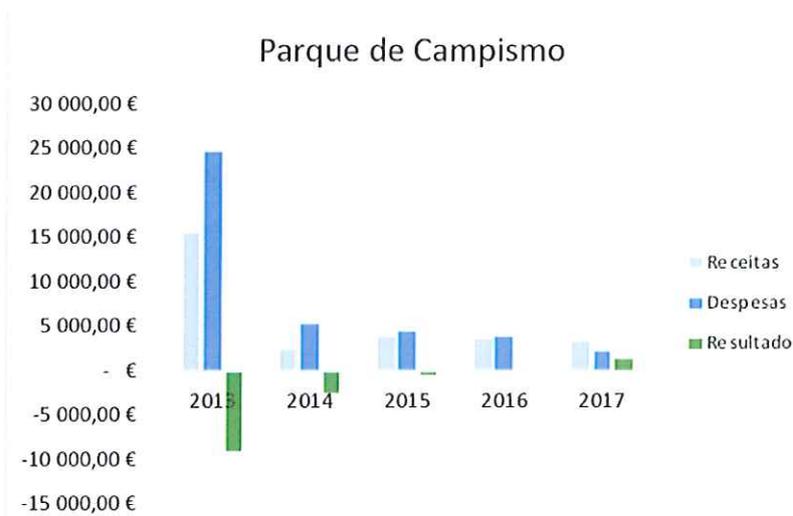


Gráfico 4

1.5 - Café Turismo, Restaurante Piscinas de Penacova e Restaurante Panorâmico

Através de contrato programa celebrado entre o Município de Penacova e a Penaparque, foi atribuída a gestão do espaço Café Turismo, Restaurante Piscinas de Penacova e Restaurante Panorâmico à Penaparque. No ano de 2015, e após o fim do termo do contrato anterior que o concessionário tinha com o Município de Penacova, foi realizado um concurso para o espaço Café Turismo, no qual foi vencedor o promotor Paulo Duarte. No ano de 2016 foi realizado o concurso para o espaço Restaurante Piscinas de Penacova, o qual foi ganho pelo promotor Luís Filipe Rodrigues através da sua empresa Etapas Boémias Lda. Em Setembro de 2017, alegando dificuldades operacionais, a Etapas Boémias Lda rescindiu o contrato de arrendamento, e foi realizado novo concurso para ocupação daquele espaço, que foi ganho por Sílvia Barreto, que constituiu a empresa FatorBoémio para exploração do restaurante. Relativamente ao Restaurante Panorâmico, o concurso foi concluído a meio de 2017, e o restaurante está a ser explorado pela empresa Sentido Gabarito Lda.

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

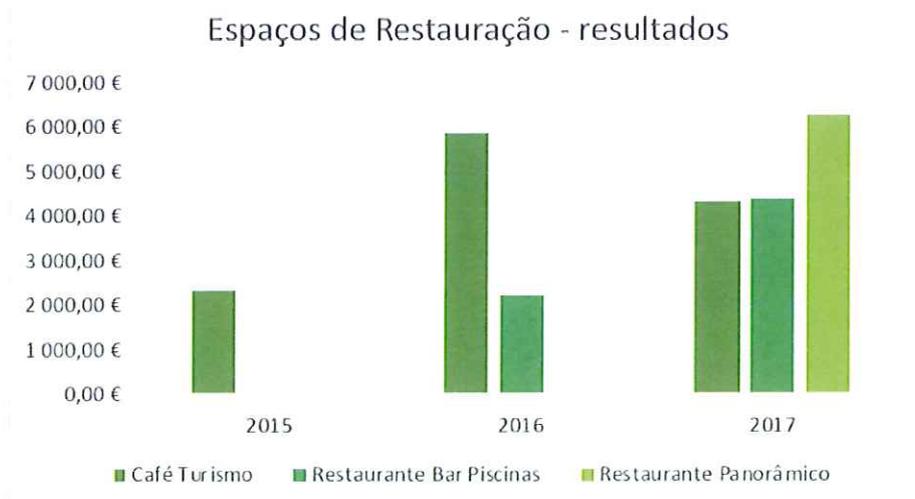


Gráfico 5

1.6. Portela de Oliveira

A Área de Intervenção da Portela de Oliveira compreende a gestão do Museu do Moinho, e do espaço de apoio de cafetaria conhecido como Cafetaria do Museu. Em 2016 foi dada a conhecer à comunidade de Penacova e da região o novo espaço do Museu do Moinho. Renovado, com cara nova e um novo serviço, este espaço de visitação do concelho ultrapassou todos os objetivos e teve em 2017 um aumento de 20% de visitantes face ao ano anterior, conforme se pode verificar no gráfico 6.





1.7. Rotas de Penacova

Em 2017 a Penaparque2 E.M. colocou no mercado um novo produto turístico: Rotas de Penacova. Este produto não é mais que um aglutinador de experiências e de espaços que existem no concelho de Penacova, através de visitas acompanhadas e guiadas pelos colaboradores da empresa. Foram desenvolvidas algumas iniciativas a partir do quarto trimestre de 2016, ao nível do estudo de mercado e de testes de produto no sentido de planificar o serviço e a comunicação do mesmo. No segundo trimestre de 2017 foram iniciados os primeiros esforços de divulgação do produto, e no terceiro trimestre de 2017 tivemos vários grupos que vieram de várias zonas do País a contratar os nossos serviços, visitando Penacova, e recorrendo a vários espaços de restauração do nosso concelho. Sendo que este foi o primeiro ano de testes, consideramos a experiência positiva, e conseguimos trazer a Penacova 226 pessoas, que recorreram ao nosso produto, e temos conhecimento de pelo menos um grupo de mais de 100 pessoas que vieram a Penacova devido à nossa divulgação, e embora não tenham recorrido aos nossos serviços visitaram o concelho e almoçaram num dos espaços de restauração do concelho.

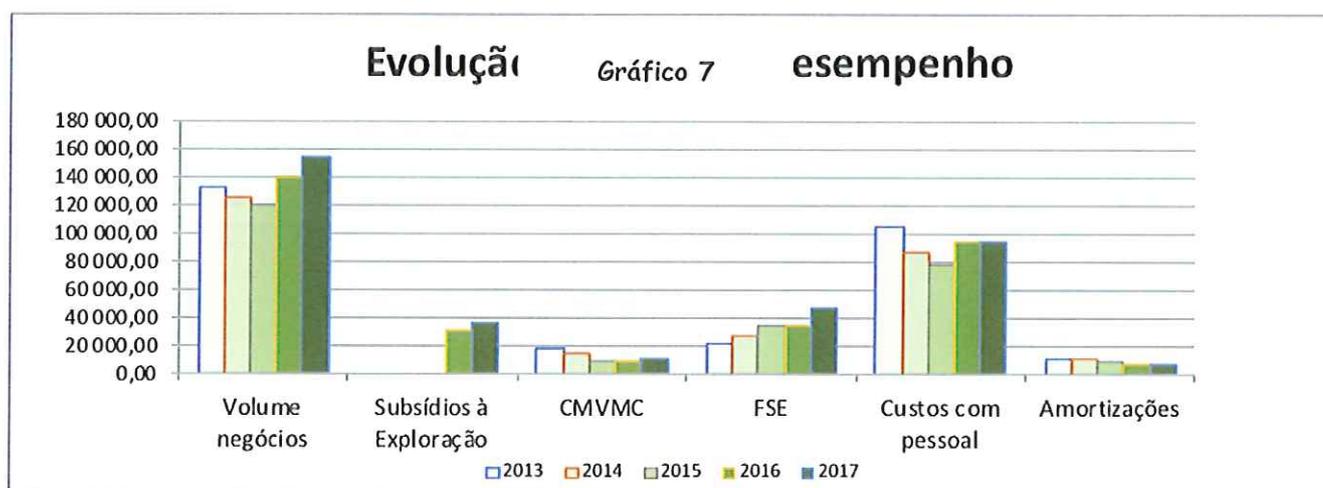
Handwritten signature and initials in the top right corner.

2 - ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

2.1-Desempenho financeiro

De acordo com o nº 1 do art. 66º do Código das Sociedades Comerciais neste capítulo apresentamos o desempenho e a posição financeira da empresa.

Relativamente ao desempenho global da empresa efectuaremos a análise da evolução das principais rubricas da demonstração de resultados desde o período de 2013 ao período de 2017.



Através da análise do Gráfico 8, verificamos que o Volume de Negócios teve um aumento de 14.412,11€ e os FSE tiveram um aumento de 12.390,99€. De restos, e apenas com a exceção dos Custos com Pessoal que tiveram uma descida de 335,98€, todas as outras rubricas tiveram aumentos: CMVMC (858,89€), Amortizações (169,20€) e Subsídios à Exploração (5.730,68€).

O aumento do volume de negócios deve-se ao aumento de várias áreas de atividade da Penaparque, principalmente sendo o resultado da captação de empresas instaladas no Parque Industrial da Espinheira. O aumento dos FSE deve-se a vários trabalhos executados em vários espaços da responsabilidade da Penaparque2 EM, derivado da necessidade de se fazer manutenções regulares dos edifícios e de trabalhos de reparação de algumas

Handwritten signature

situações inesperadas. O aumento dos CVMVC está diretamente ligado ao aumento das vendas de artesanato tanto no Museu do Moinho como no Posto de Turismo.

Relativamente aos ativos adquiridos após 2010, tendo em conta a NCRF 7 (Activos Fixos Tangíveis), estes passaram a ser depreciados num regime duodecimal, para que a depreciação de um activo se inicie quando este esteja disponível para uso, isto é, quando estiver na localização e condição necessárias para que seja capaz de operar na forma pretendida.



Gráfico 8

As variações nas diferentes rubricas refletem-se nos resultados operacionais e líquidos, sendo que em 2017 houve um aumento relativo tanto nos resultados operacionais como no resultado líquido, conforme se pode ver no Gráfico 8.

Handwritten signatures in blue ink.

2.2 - Posição financeira

Neste capítulo será apresentada aquela que tem sido a evolução da estrutura financeira da **PENAPARQUE 2, E.M.** ao longo dos cinco últimos anos.

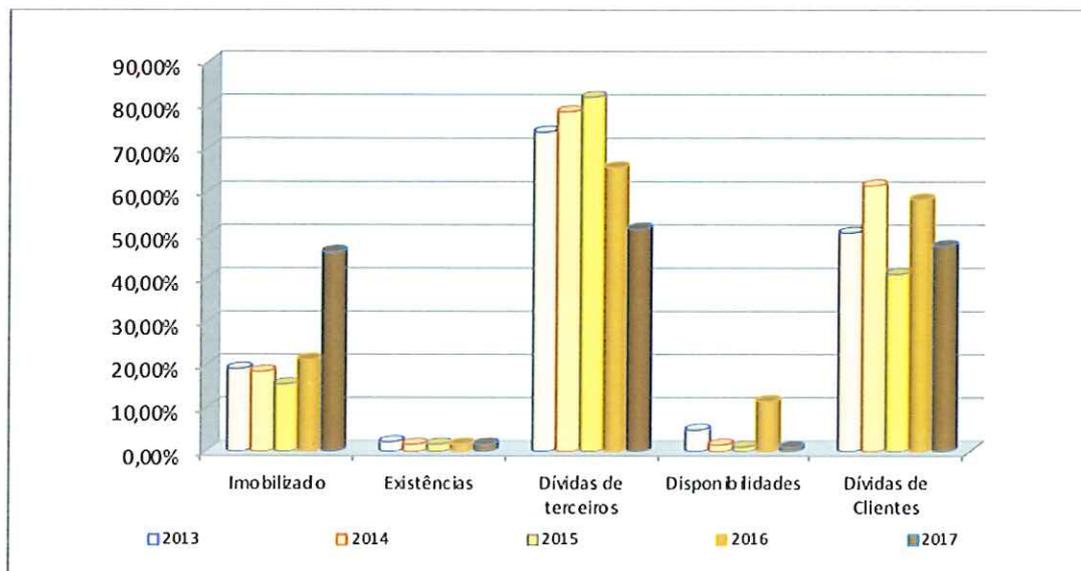


Gráfico 9

As disponibilidades tiveram uma descida significativa devido aos trabalhos iniciados com o Lote C21 no Parque Empresarial da Alagoa (descida de 12.433,48€).

O imobilizado líquido teve um aumento significativo face a 2016, derivado dos trabalhos que foram iniciados no Lote C21, tendo em vista a edificação do novo Pavilhão para instalação de empresas.

Se efetuarmos uma análise ao peso relativo que cada uma das rubricas apresentada tem no Activo Líquido, verificamos que o imobilizado passou a ter um peso relativo maior que a média dos anos anteriores, face ao investimento que foi realizado no ano de 2017 (Gráfico 11).

Handwritten signature and initials in blue ink.

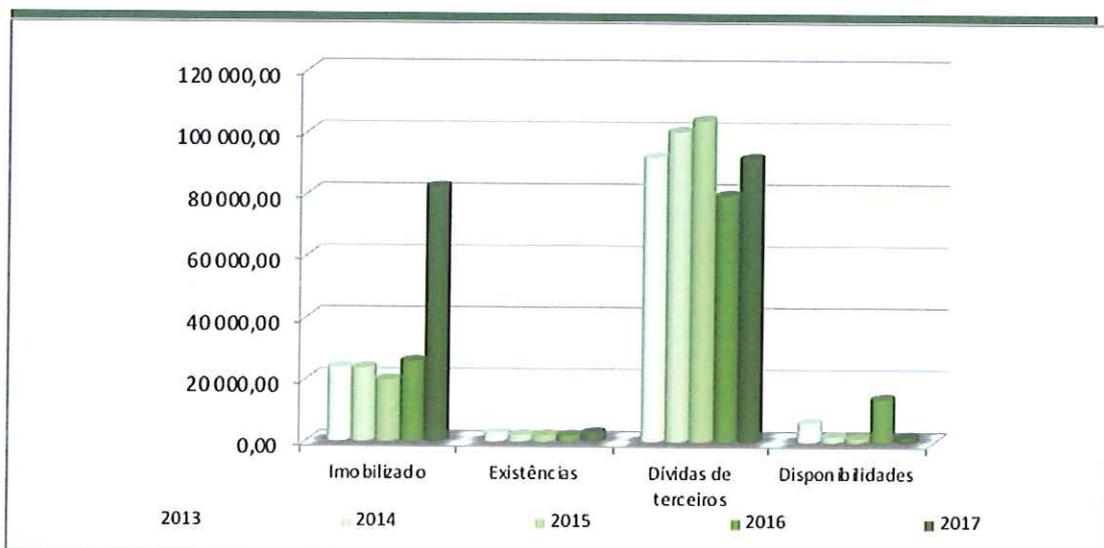
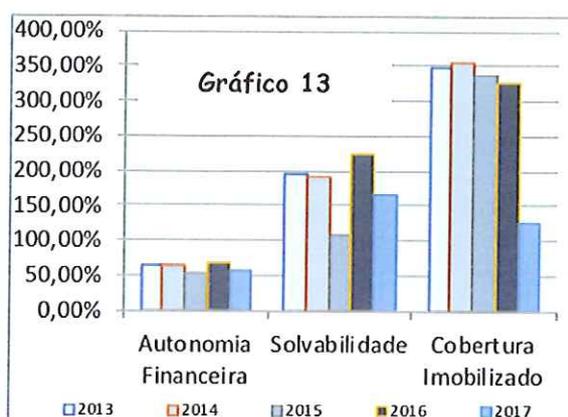
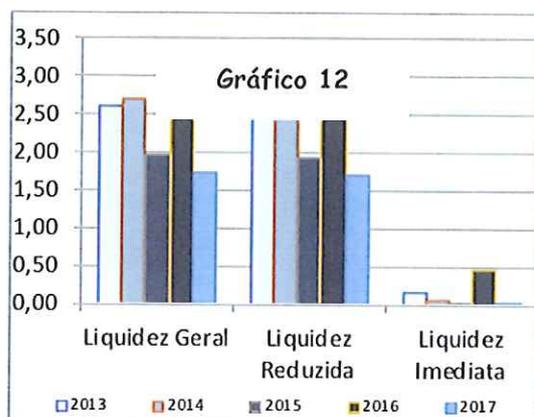


Gráfico 10

Relativamente aos indicadores de equilíbrio financeiro e de liquidez a empresa apresenta um decréscimo dos indicadores ao nível da estrutura financeira, para o ano de 2017. O rácio que mede a cobertura das aplicações em capital fixo por capitais permanentes. Podemos aferir este facto pelos Gráfico 11 (indicadores de liquidez) e Gráfico 12 (indicadores de estrutura financeira).



2.3 - O desempenho financeiro por áreas de negócio

No âmbito das responsabilidades de gestão acima referidas, distribuimos a actividade desenvolvida pelas diversas áreas de negócio, e neste ponto apresentamos a contribuição de cada uma delas para o resultado global da empresa. São estas as seguintes tal como apresentado ao longo do presente relatório:

- 1) Parque Industrial da Espinheira
- 2) Bar do Parque Industrial da Espinheira
- 3) Parque de Campismo Municipal
- 4) Parómetros
- 5) Parque de Estacionamento
- 6) Penacova - Apoio a Serviços
- 7) Café Turismo
- 8) Reconquinho
- 9) Bar 21
- 10) Portela de Oliveira
- 11) Restaurante Bar Piscinas de Penacova
- 12) Posto de Turismo
- 13) Restaurante Panorâmico



Handwritten signature

Handwritten initials

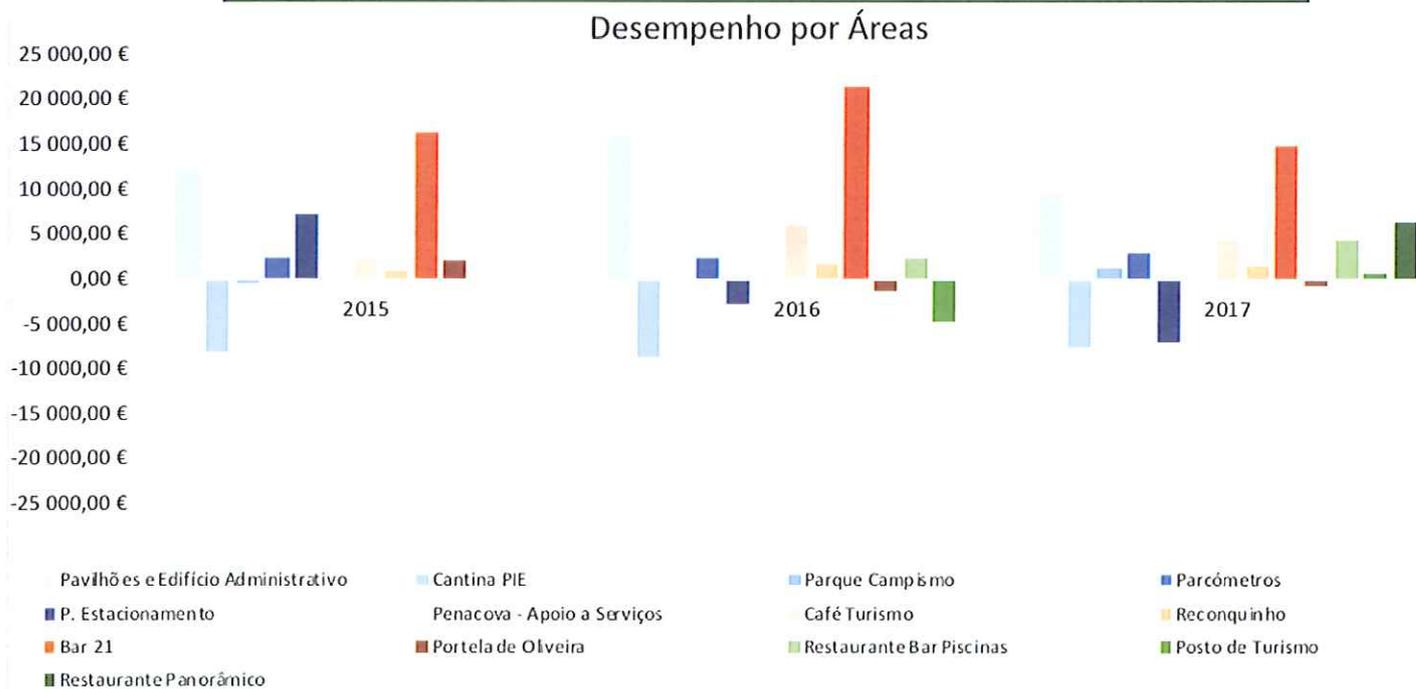


Gráfico 13

Conseguimos perceber através da análise do gráfico 13, que a grande maioria das áreas de atividade tiveram uma melhoria no ano de 2017 face ano de 2016. O Parque Industrial contribui para o resultado global em 9.374,26€, ao passo que a gestão do Estacionamento Público e respetivo Edifício do Parque de Estacionamento contribuem negativamente com 4.219,62€ para o resultado global. Entre as áreas com resultados negativos, destaque para o Apoio a Serviços (-9.892,01€).



3- EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE

Para 2018 os principais objetivos da empresa são:

- a) Melhorar os resultados positivos do Parque Industrial da Espinheira;
- b) Atingir pela primeira vez, resultados positivos no Bar do Parque Industrial;
- c) Cooperar com o concessionário do Parque de Campismo de forma a potenciar o espaço;
- d) Dotar o Edifício Administrativo de condições atrativas para atingir a ocupação máxima;
- e) Concretizar a construção de um pavilhão no Lote C21 do Parque Empresarial da Alagoa;
- f) Melhorar a rúbrica de Dívidas de Clientes e diminuir o prazo médio de recebimento.

Como principal fator de risco para 2018 mantêm-se a possibilidade de incobabilidade de valores faturados. O Conselho de Administração deve encontrar soluções para este problema, sendo que necessário deverá recorrer à justiça.

4- PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do art.17º dos seus Estatutos a *PENAPARQUE 2, E.M.* deve definir na aplicação de resultados os valores dos mesmos que serão consagrados à constituição de reservas legais nos termos do nº 2 do referido artigo e reservas para investimentos e para fins sociais nos termos do nº 1 do mesmo artigo.

Com este enquadramento a Administração da *PENAPARQUE 2, E.M.* propõe que o resultado líquido do exercício de 20.770,79€, seja 10% (2.077,08€) transferido para Reservas Legais, e os restantes 90% para reforço de outras reservas previstas no n.º1 do Art.º17 dos Estatutos.

Espinheira, 02 de Abril de 2018

A Administração,



PENAPARQUE 2
GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
MUNICIPAIS DE PENACOVA, EM
A Administração,





RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exma. Administração
Senhores Acionistas

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente na qualidade de Fiscal Único, apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre as Contas e o Relatório de Gestão apresentados pelo Conselho de Administração da **PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M.**, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Durante o exercício, o Fiscal Único acompanhou com regularidade os negócios e a gestão da Sociedade, verificou a regularidade dos livros, registos contabilísticos e a respetiva documentação. Procedeu igualmente às verificações físicas dos bens e valores patrimoniais que se mostraram necessárias, assim como verificou o cumprimento da lei e dos estatutos, inteirando-se dos atos do Conselho de Administração, do qual sempre recebeu todos os elementos solicitados

Analisámos também o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as quais compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo do exercício findo naquela data.

Foi emitida a Certificação Legal das Contas, sendo considerada como complemento deste Relatório e Parecer.

Nesta conformidade, entendemos que os documentos acima descritos, quando lidos em conjunto, permitem uma boa compreensão da situação financeira da **PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M.**, em 31 de dezembro de 2017 satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Como ainda nos compete, verificámos que os critérios valorimétricos, adotados e descritos no Anexo, satisfazem as disposições legais, e contribuem para uma adequada mensuração do resultado e do património.

Nestes termos o Fiscal Único é de Parecer que:

1. Devem ser aprovados o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo.
2. Deve ser aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por fim, desejamos expressar os nossos agradecimentos ao Conselho de Administração e a todo o Pessoal ao serviço da Empresa com quem contactámos por toda a colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

Coimbra, 9 de abril de 2018

José Joaquim Marques de Almeida
Em representação de:
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.



Empresa PENAPARQUE 2, E.M.

Demonstrações Financeiras Individuais

Para o período findo em 31 de dezembro de 2017



Índice

Demonstrações financeiras individuais para o período findo em 31 de dezembro de 2017

<u>BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</u>	3
<u>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</u>	4
<u>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</u>	5
<u>DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</u>	6
<u>DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</u>	7
<u>ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</u>	8
<u>1. Identificação da entidade</u>	8
<u>2. Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras</u>	8
<u>3. Principais políticas contábilísticas</u>	9
<u>4. Fluxos de caixa</u>	16
<u>5. Ativos fixos tangíveis</u>	16
<u>6. Investimentos Financeiros</u>	18
<u>7. Inventários</u>	18
<u>8. Réditos</u>	19
<u>9. Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo</u>	20
<u>10. Acontecimentos após a data do balanço</u>	21
<u>11. Instrumentos Financeiros</u>	21
<u>12. Outras informações</u>	22

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROM EQUIP MUNIC PENACOVA, E.M.

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2017

Valor em Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31/12/2017	31/12/2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	81 944,38	25 637,54
Investimentos Financeiros	6	311,79	111,99
		82 256,17	25 749,53
Activo corrente			
Inventários	7	2 847,69	2 008,83
Clientes	12	84 596,90	70 750,77
Estado e outros entes públicos	12	5 187,78	5 191,23
Outras contas a receber	12	1 204,21	2 501,86
Diferimentos	12	615,46	1 200,43
Caixa e depósitos bancários	4	1 571,87	14 005,35
		96 023,91	95 658,47
Total do ACTIVO		178 280,08	121 408,00
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	11	50 000,00	50 000,00
Reservas legais	11	6 641,41	4 884,51
Outras reservas	11	45 602,28	29 790,12
Resultados transitados	11	(18 208,26)	(18 208,26)
Resultado líquido do período	11	20 770,79	17 569,06
Total do Capital Próprio		104 806,22	84 035,43
PASSIVO			
Passivo não corrente			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	12	36 696,48	8 560,92
Estado e outros entes públicos	12	9 857,72	7 048,53
Financiamentos obtidos	12	10 534,85	0,00
Outras contas a pagar	12	8 652,52	13 910,83
Diferimentos	12	7 732,29	7 852,29
Total do Passivo		73 473,86	37 372,57
Total do Capital Próprio e do Passivo		178 280,08	121 408,00

Espinheira, 2 de abril de 2018

O Técnico Oficial de Contas

Hélia Santo

PENAPARQUE 2

GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
MUNICIPAIS DE PENACOVA, E.M.

A Administração,

[Handwritten signature]

3

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2017

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROM EQUIP MUNIC PENACOVA, E.M.

Demonstração de Resultados Individuais

Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Valores em euros	
		Períodos	
		31/12/2017	31/12/2016
Vendas e Prestação de serviços	8	155 153,73	140 741,62
Subsídios à exploração	+ 9	35 964,42	30 233,74
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	- 7	(10 987,22)	(10 128,33)
Fornecimentos e serviços externos	- 12	(46 698,89)	(34 307,90)
Gastos com pessoal	- 12	(94 953,72)	(95 289,70)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+ 12	823,04	0,00
Outros rendimentos e ganhos	+ 12	22,71	1,02
Outros gastos e perdas	- 12	(3 480,45)	(608,80)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=	35 843,62	30 641,65
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+ 5	(8 169,49)	(8 000,29)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	27 674,13	22 641,36
Juros e gastos similares suportados	- 12	(135,63)	(542,43)
Resultado antes de impostos	=	27 538,50	22 098,93
Imposto sobre rendimento do período	-/+ 12	(6 767,71)	(4 529,87)
Resultado liquido do período	=	20 770,79	17 569,06

Espineira, 2 de abril de 2018

O Técnico Oficial de Contas

Hélia Sampaio

A Administração

[Handwritten signature]

PENAPARQUE 2
 GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
 MUNICIPAIS DE PENACOVA, EM
 A Administração,

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROM EQUIP MUNIC PENACOVA, E.M.
Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2017

Valores Euros

RUBRICAS		Notas	Períodos	
			31/12/2017	31/12/2016
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>				
Recebimentos de clientes	+		178 488,98	161 028,74
Pagamentos a fornecedores	-		(66 300,28)	(47 459,58)
Pagamentos ao pessoal	-		(71 454,61)	(72 424,17)
Caixa gerada pelas operações	+/-		40 734,09	41 144,99
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+		(7 349,50)	(3 499,96)
Outros recebimentos/pagamentos	+/-		(30 284,94)	9 982,61
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1)	+/-	3 099,65	47 627,64
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis	-		(26 067,98)	(10 196,44)
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2)	+/-	(26 067,98)	(10 196,44)
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	+		10 534,85	
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	-			(24 733,80)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)		10 534,85	(24 733,80)
Variação de caixa e seus equivalentes		1)+(2)+(3)	(12 433,48)	12 697,40
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-	14 005,35	1 307,95
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-	1 571,87	14 005,35

Espinheira, 2 de abril de 2018

O Técnico Oficial de Contas

Hélia Santo

A Administração

[Handwritten signature]

PENAPARQUE 2
GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
MUNICIPAIS DE PENACOVA, EM
A Administração,

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Demonstração das alterações no capital próprio no período 2016
(Valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	50 000,00	0,00	0,00	0,00	4 884,51	29 790,12	-17 971,28	0,00	0,00	0,00	-236,98	65 466,37
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								-236,98				236,98	0,00
	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-236,98	0,00	0,00	0,00	236,98	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											17 569,06	17 569,06
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3											17 806,04	17 569,06
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													0,00
Entradas para cobertura de perdas													0,00
Outras operações	5							0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	6=1+2+3+5	50 000,00	0,00	0,00	0,00	4 884,51	29 790,12	-18 208,26	0,00	0,00	0,00	17 569,06	84 035,43

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros

Espinha, 2 de abril de 2018

O Técnico Oficial de Contas

Hélia Santo

PENAPARQUE 2

GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
MUNICIPAIS DE PENACOVA, EM

A Administração,

A Administração

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Demonstração das alterações no capital próprio no período 2017

(Valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio	
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio		Resultado líquido do período
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6	50 000,00	0,00	0,00	0,00	4 884,51	29 790,12	-18 208,26	0,00	0,00	0,00	17 569,06	84 035,43
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Ajustamentos por impostos diferidos													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						1 756,90	15 812,16				0,00	-17 569,06	0,00
	7	0,00	0,00	0,00	0,00	1 756,90	15 812,16	0,00	0,00	0,00	0,00	-17 569,06	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8											20 770,79	20 770,79
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8											3 201,73	20 770,79
OUTRAS OPERAÇÕES													
Outras operações	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	11=7+8+10	50 000,00	0,00	0,00	0,00	6 641,41	45 602,28	-18 208,26	0,00	0,00	0,00	20 770,79	104 806,22

Espinheira, 2 de abril de 2018

O Técnico Oficial de Contas

Hélia Santo

A Administração

PENAPARQUE 2

GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
MUNICIPAIS DE PENACOVA, EM

A Administração,

[Handwritten signatures]



1 - Identificação da entidade

A entidade Penaparque 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M. é uma entidade municipal, com sede no Parque Industrial de Espinheira, sala 8, Espinheira, tem como actividade a gestão dos seguintes equipamentos/atividades municipais:

Parque Industrial de Espinheira e respetivos serviços de apoio (Cantina, bar);

Estacionamento público na vila de Penacova;

Parque Municipal de Campismo;

Parque de Estacionamento da Rua da Eirinha;

Museu do Moinho (Portela de Oliveira);

Posto de Turismo de Penacova;

Bar do Reconquinho;

Cafetaria da Portela de Oliveira;

Café Turismo;

Bar 21;

Restaurante Piscinas;

Restaurante Panorâmico.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (*Sistema de Normalização Contabilística*), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 agosto;
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de dezembro (*Modelos de Demonstrações Financeiras*);
- Aviso n.º 15652/2009, 7 de setembro (*Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro*);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (*Código de Contas*).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de

Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou situações em que a Empresa se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em euros.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas

No período abrangido pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2017, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registados na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos e gastos" ou "Outros ganhos e perdas".

b) Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior utiliza-se o custo médio como fórmula de custeio. Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, ou, ainda, do valor recuperável pelo uso da conversão dos produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamentos são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

A reversão de perdas por imparidades reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como "Imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

c) Custo de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

d) Instrumentos financeiros

- ***Dívidas de terceiros***

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidades, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.



As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que as integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ao parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura de perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

- ***Empréstimos***

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no ativo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

- ***Dívidas a terceiros***

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

- ***Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio***

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

- ***Caixa e depósitos bancários***

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

e) Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do *acréscimo*. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “*Outras contas a receber e a pagar*” ou “*Diferimentos*”.

f) Rédito

O rédito relativo à prestação de serviços, juros, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da prestação de serviços apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com o grau geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

g) Efeitos de alterações em taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira encontram-se registadas na moeda funcional (Euro) utilizando as taxas de câmbio à data da sua realização para as converter. Aquando da liquidação dos itens monetários ou à data do balanço, se ocorrer antes, são utilizadas as taxas de câmbio nessa data para reavaliar a quantia em aberto, sendo as diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, apuradas em relação ao valor inicialmente registado e reconhecidas como ganhos ou perdas do período em que a liquidação ou reavaliação ocorre. No entanto, se o valor inicial tiver sido registado em períodos anteriores, a diferença de câmbio é apurada por reporte ao valor transposto pelo uso da taxa de fecho à data do último balanço.

Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico, designadamente inventários, os ativos fixos tangíveis e os intangíveis, mantêm-se expressos, à data de cada balanço, pelas taxas à data da transação e os mensurados pelo justo valor pelas taxas à data da fixação desse valor.

As diferenças de câmbio positivas relativas à atividade de financiamento são relevadas na demonstração dos resultados como “*Juros e rendimentos similares obtidos*”, enquanto as negativas são reveladas na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”. As demais diferenças de câmbio, emergentes de atividades operacionais ou de investimento, integram as rubricas “*Outros rendimentos e ganhos*” e “*Outros gastos e perdas*”, nos casos de serem positivas e negativas, respetivamente.

h) Imposto sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento são reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito de contabilização dos

impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas "CIRC", a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa de 21%. Adicionalmente, nas situações previstas no artigo 88º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, as taxas variam entre 5% e 70% e, incidem, exclusivamente, sobre os encargos aí previstos.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica "*Imposto sobre o rendimento do período*". No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

Os efeitos tributários dos ajustamentos de transição decorrentes da sucessão dos normativos contabilísticos encontram-se regulados pelo artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159 / 2009, de 13 de Julho, onde se determina que esses ajustamentos concorrem para a formação do lucro tributável num período de 5 anos, em partes iguais, com início em 2010.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis, com exceção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associados, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por

Handwritten signature and initials in blue ink.

impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

i) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

j) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (*"acontecimentos que dão lugar a ajustamentos"*) são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (*"acontecimentos que dão lugar a ajustamentos"*), quando materialmente relevantes, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas revelantes

a) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica *"Caixa e seus equivalentes"* os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente,

aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamentos de dividendos.

3.3 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, a Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.5 Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa e as informações disponíveis face acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras empresas do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

✓
llp
lll
lll

4 - Fluxos de caixa

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Meios Financeiros Líquidos	2017	2016
Caixa	1 571,87 €	1 636,82 €
Depósitos à ordem	- €	12 368,53 €
Total caixa e depósitos bancários	1 571,87 €	14 005,35 €

5 - Ativos fixos tangíveis

5.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração:

Os ativos fixos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo de custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

A Empresa deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método de linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

Ativos fixos tangíveis	2016				Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Quantia escriturada bruta					
Saldo Inicial	52 356,18 €	46 124,69 €	25 255,29 €	4 710,32 €	128 446,48 €
Adições	- €	4 793,76 €	482,21 €	8 610,81 €	13 886,78 €
Saldo Final	52 356,18 €	50 918,45 €	25 737,50 €	13 321,13 €	142 333,26 €
Depreciações acumuladas					
Saldo Inicial	- 36 249,79 €	- 45 477,13 €	- 24 201,80 €	- 2 766,71 €	- 108 695,43 €
Adições	- 2 869,48 €	- 959,67 €	- 1 535,70 €	- 2 635,44 €	- 8 000,29 €
Saldo Final	- 39 119,27 €	- 46 436,80 €	- 25 737,50 €	- 5 402,15 €	- 116 695,72 €
Quantia escriturada	13 236,91 €	4 481,65 €	- €	7 918,98 €	25 637,54 €

Handwritten signature and initials

Ativos fixos tangíveis	2017					
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada bruta						
Saldo Inicial	52 356,18 €	50 918,45 €	25 737,50 €	13 321,13 €	- €	142 333,26 €
Adições	3 370,00 €	3 555,77 €	816,35 €	2 802,02 €	54 243,00 €	64 787,14 €
Saldo Final	55 726,18 €	54 474,22 €	26 553,85 €	16 123,15 €	54 243,00 €	207 120,40 €
Depreciações acumuladas						
Saldo Inicial	- 39 119,27 €	- 46 436,80 €	- 25 737,50 €	- 5 402,15 €	- €	- 116 695,72 €
Adições	- 2 082,71 €	- 1 803,82 €	- 816,35 €	- 3 777,42 €	- €	- 8 480,30 €
Saldo Final	- 41 201,98 €	- 48 240,62 €	- 26 553,85 €	- 9 179,57 €	- €	- 125 176,02 €
Quantia escriturada	14 524,20 €	6 233,60 €	- €	6 943,58 €	54 243,00 €	81 944,38 €

5.1.1 Depreciações, reconhecidas nos resultados durante o período:

Depreciações do período	2017	2016
Edifícios e outras construções	2 082,71 €	2 869,48 €
Equipamento básico	1 803,82 €	959,67 €
Equipamento administrativo	816,35 €	1 535,70 €
Outros ativos fixos tangíveis	3 777,42 €	2 635,44 €
Total	8 480,30 €	8 000,29 €

5.1.2 Depreciação acumulada no final do período:

Depreciações acumuladas	2017	2016
Edifícios e outras construções	41 201,98 €	39 119,27 €
Equipamento básico	48 240,62 €	46 436,80 €
Equipamento administrativo	26 553,85 €	25 737,50 €
Outros ativos fixos tangíveis	9 179,57 €	5 402,15 €
Total	125 176,02 €	116 695,72 €

5.2 Investimentos em Curso:

Investimentos em curso	2017	Total
Quantia escriturada bruta		
Saldo Inicial	- €	- €
Adições:		
Obras no Lote C21 Parque Industrial Alagoa	54 243,00 €	54 243,00 €
Saldo Final	54 243,00 €	54 243,00 €

Handwritten signature and initials in blue ink.

6 - Investimentos financeiros

Esta rubrica inclui as entregas mensais efetuadas para o Fundo de Compensação do Trabalho que são reconhecidas como um ativo financeiro da entidade.

Em 31/12/2017 este valor ascendia a **311,79€**.

7 - Inventários

7.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

Inventários	2017	2016
Mercadorias	1 506,45 €	850,04 €
Matérias Primas	1 341,24 €	1 158,79 €
Total	2 847,69 €	2 008,83 €

7.2 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

CMVMC	2017			2016		
	Mercadorias	Matérias Primas	Total	Mercadorias	Matérias Primas	Total
Saldo inicial	850,04 €	1 158,79 €	2 008,83 €	1 123,48 €	976,29 €	2 099,77 €
Regularizações	- €	- 7,26 €	- 7,26 €	- €	- €	- €
Compras	1 594,31 €	10 239,03 €	11 833,34 €	962,54 €	9 074,85 €	10 037,39 €
Saldo final	- 1 506,45 €	- 1 341,24 €	- 2 847,69 €	- 850,04 €	- 1 158,79 €	- 2 008,83 €
Custo de vendas	937,90 €	10 049,32 €	10 987,22 €	1 235,98 €	8 892,35 €	10 128,33 €

8 - Réditos

8.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

A Empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

a) **Prestação de Serviços** - são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com um grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados;

b) **Juros** - são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;

8.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

Réditos	2017	2016
Vendas de Mercadorias	1 379,45 €	145,12 €
Museu do Moinho	689,51 €	145,12 €
Posto de Turismo	689,94 €	
Prestações de serviços	153 774,28 €	140 596,50 €
Rendas P. Industrial Espinheira	55 495,00 €	49 960,00 €
Rendas P. Estacionamento	16 789,20 €	16 459,20 €
Outras Rendas:		
Port. Oliveira, Bar 21, Reconq., Parq. Camp., Café Tur., Rest. Piscinas, Rest. Panoramico	28 253,28 €	20 663,28 €
Cantina - Parque Industrial Espinheira	22 934,38 €	18 733,41 €
Parcómetros	3 092,89 €	2 843,69 €
Parque de Estacionamento	11 271,05 €	10 362,38 €
Entradas no Museu do Moinho	1 642,92 €	1 786,38 €
Estadias P. Campismo	857,04 €	857,04 €
Outros Serviços	13 438,52 €	18 931,12 €
Total	155 153,73 €	140 741,62 €

Handwritten signatures and initials in blue ink.

9 - Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo

9.1 Políticas contabilísticas adotadas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que serão recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento.



Subsídios do governo	2017	2016
Subsídios à exploração		
MUNICÍPIO DE PENACOVA	31 574,45 €	24 487,36 €
IEFP	4 389,97 €	5 746,38 €
Total Ativo	35 964,42 €	30 233,74 €

10 - Acontecimentos após a data do balanço

10.1 Autorização para a emissão

As demonstrações financeiras do exercício de 2017 foram aprovadas pela Administração no dia 2 de abril de 2018.

10.2 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

11 - Instrumentos financeiros

11.1 Bases de mensuração

É política da Empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa mensura ao custo, menos perdas por imparidades acumuladas, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, quer os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado de operações de financiamento (como, por exemplo, a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de riscos de crédito). Os contratos para conceder ou contrair empréstimos em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como os contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo, menos perdas por imparidade acumuladas.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados. Nestes casos, a Empresa não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro.

Enquanto a empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.



11.2 Deliberação dos resultados do ano de 2016

A deliberação da aprovação de contas ocorreu a 15 de março de 2017, conforme a ata número 246. Foi aprovado pelo Conselho de Administração que o Resultado Líquido do exercício de 2016, no valor 17.569,06€ fosse da seguinte forma transferido para Reservas Legais o montante de 1.756,90€ e, para Outras Reservas 15.812,16€.

11.3 Montante de capital social

A 31 de dezembro de 2017, a Empresa detinha um capital próprio de acordo com o mapa apresentado:

Capital Próprio	2017	2016
Capital realizado	50 000,00 €	50 000,00 €
Reservas Legais	6 641,41 €	4 884,51 €
Outras Reservas	45 602,28 €	29 790,12 €
Resultados Transitados	-18 208,26 €	-18 208,26 €
Resultado Líquido do Período	20 770,79 €	17 569,06 €
Total	104 806,22 €	84 035,43 €

12 - Outras informações

12.1 Estado e outros entes públicos

O detalhe da rubrica de “Estado e outros entes públicos” em 31 de dezembro de 2017 é o seguinte:

EOEP	2017	2016
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas:		
Pagamentos por conta	3 920,74 €	105,93 €
Pagamentos especial por conta(acumulado)	669,09 €	4 908,27 €
Imposto sobre o valor acrescentado	597,95 €	177,03 €
Total Ativo	5 187,78 €	5 191,23 €

Handwritten signatures and initials in purple ink.

EOEP	2017	2016
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	242,00 €	238,00 €
Imposto sobre o valor acrescentado	679,18 €	231,87 €
Contribuições para a segurança social	2 150,83 €	2 032,29 €
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas:		
Imposto estimado	6 767,71 €	4 529,87 €
Outros Impostos	18,00 €	16,50 €
Total Passivo	9 857,72 €	7 048,53 €

12.2 Clientes, outras contas a receber e diferimentos

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados como “Imparidades de dívidas a receber”.

Perdas de imparidade	2017		2016	
	Período	Acumuladas	Período	Acumuladas
Perdas por imparidade	- €	76 280,76 €	- €	76 280,76 €
Reversões	823,04 €	823,04 €	- €	- €
Total	823,04 €	75 457,72 €	- €	76 280,76 €

12.2.1 Quantia de clientes registada em “clientes conta corrente”, “clientes cobrança duvidosa” e “clientes perdas por imparidade”

Cientes	2017	2016
Cientes		
Clientes conta corrente	84 596,90	70 750,77
Clientes de cobrança duvidosa	75 457,72	76 280,76
	160 054,62	147 031,53
Perdas por imparidade acumuladas	75 457,72	76 280,76
	84 596,90	70 750,77

Handwritten signature and initials in purple ink.

12.2.2 Registo de outras contas a receber e diferimentos

Outras contas a receber e Diferimentos	2017	2016
Outras contas a receber	1 204,21 €	2 501,86 €
Diferimentos	615,46 €	1 200,43 €
Total	1 819,67 €	3 702,29 €

12.3 Fornecedores, Financiamentos, Adiantamento de clientes e outras contas a pagar

Fornecedores e Financiamentos	2017	2016
Fornecedores	36 696,48 €	8 560,92 €
Financiamentos obtidos		
- Corrente	10 534,85 €	- €
Total	47 231,33 €	8 560,92 €

Outras contas a pagar e Diferimentos	2017	2016
Outras contas a pagar	8 652,52 €	13 910,83 €
Diferimentos	7 732,29 €	7 852,29 €
Total	16 384,81 €	21 763,12 €

12.4 Juros suportados

Gastos e Perdas de Financiamento	2017	2016
Juros Suportados	135,63 €	542,43 €
Outros Gastos e Perdas de Financiamento	0,00 €	0,00 €
Total	135,63 €	542,43 €

12.5 Outros rendimentos e ganhos

Outros rendimentos e ganhos	2017	2016
Rendimentos suplementares	0,00 €	0,00 €
Outros	9,82 €	0,00 €
Juros obtidos	12,89 €	1,02 €
Total	22,71 €	1,02 €

✓
fey
ll
B

12.6 Fornecimento e Serviços Externos

FSE	2017	2016
Serviços especializados	29 463,61 €	20 006,92 €
Materiais	3 991,96 €	4 287,80 €
Energia e fluídos	5 948,98 €	5 896,63 €
Deslocações, estadas e transportes	182,50 €	154,70 €
Serviços diversos	7 111,84 €	3 961,85 €
<i>Comunicações</i>	1 702,56 €	955,83 €
<i>Seguros</i>	1 970,69 €	1 637,56 €
<i>Contencioso e Notariado</i>	652,00 €	80,00 €
<i>Despesas de Representação</i>	372,91 €	- €
<i>Limpeza. Higiene e conforto</i>	2 413,68 €	1 288,46 €
Total	46 698,89 €	34 307,90 €

12.7 Outros gastos e perdas

Outros gastos e perdas	2017	2016
Impostos	401,24 €	324,77 €
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,25 €	0,01 €
Perdas em Inventarios	8,93 €	0,00 €
Outros	3 070,03 €	284,02 €
Total	3 480,45 €	608,80 €

12.8 Gastos com Pessoal

Gastos com pessoal	2017	2016
Remunerações dos órgãos sociais	21 451,79	19 305,93
Remunerações do pessoal	56 771,52	59 104,63
Encargos sobre remunerações	16 023,90	15 936,04
Seguros		463,10
Outros gastos com pessoal	706,51	480,00
Total	94 953,72 €	95 289,70 €

Espinheira, 2 de abril de 2018

O Técnico Oficial de Contas:

Helia Santo

PENAPARQUE 2
 GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
 MUNICIPAIS DE PENACOVA, EM
 A Administração,

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROM EQUIP MUNIC PENACOVA, E.M._506.963.802

Demonstração de Resultados Individuais

Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017

Valores em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		31/12/2017	31/12/2016
Vendas e Prestação de serviços	8	155 153,73	140 741,62
Subsídios à exploração	+ 9	35 964,42	30 233,74
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	- 7	(10 987,22)	(10 128,33)
Fornecimentos e serviços externos	- 12	(46 698,89)	(34 307,90)
Gastos com pessoal	- 12	(94 953,72)	(95 289,70)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+ 12	823,04	0,00
Outros rendimentos e ganhos	+ 12	22,71	1,02
Outros gastos e perdas	- 12	(3 480,45)	(608,80)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=	35 843,62	30 641,65
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+ 5	(8 169,49)	(8 000,29)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	27 674,13	22 641,36
Juros e gastos similares suportados	- 12	(135,63)	(542,43)
Resultado antes de impostos	=	27 538,50	22 098,93
Imposto sobre rendimento do período	-/+ 12	(6 767,71)	(4 529,87)
Resultado liquido do período	=	20 770,79	17 569,06

Espinheira, 2 de abril de 2018

O Técnico Oficial de Contas

Helia Santo

PENAPARQUE 2

GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
MUNICIPAIS DE PENACOVA, EM Administração

A Administração,







PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROM EQUIP MUNIC PENACOVA, E.M. _506.963.802

Balço Individual em 31 de dezembro de 2017

Valor em Euros

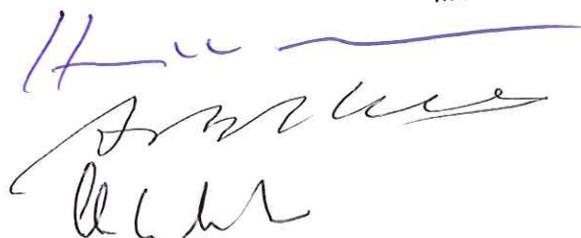
RUBRICAS	Notas	Datas	
		31/12/2017	31/12/2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	81 944,38	25 637,54
Investimentos Financeiros	6	311,79	111,99
		82 256,17	25 749,53
Activo corrente			
Inventários	7	2 847,69	2 008,83
Clientes	12	84 596,90	70 750,77
Estado e outros entes públicos	12	5 187,78	5 191,23
Outras contas a receber	12	1 204,21	2 501,86
Diferimentos	12	615,46	1 200,43
Caixa e depósitos bancários	4	1 571,87	14 005,35
		96 023,91	95 658,47
Total do ACTIVO		178 280,08	121 408,00
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	11	50 000,00	50 000,00
Reservas legais	11	6 641,41	4 884,51
Outras reservas	11	45 602,28	29 790,12
Resultados transitados	11	(18 208,26)	(18 208,26)
Resultado líquido do período	11	20 770,79	17 569,06
Total do Capital Próprio		104 806,22	84 035,43
PASSIVO			
Passivo não corrente			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	12	36 696,48	8 560,92
Estado e outros entes públicos	12	9 857,72	7 048,53
Financiamentos obtidos	12	10 534,85	0,00
Outras contas a pagar	12	8 652,52	13 910,83
Diferimentos	12	7 732,29	7 852,29
Total do Passivo		73 473,86	37 372,57
Total do Capital Próprio e do Passivo		178 280,08	121 408,00

Espinheira, 2 de abril de 2018

O Técnico Oficial de Contas



PENAPARQUE 2
 A Administração
 GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
 MUNICIPAIS DE PENACOVA, EM
 A Administração,



PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROM EQUIP MUNIC PENACOVA, E.M. 506.963.802

Demonstração das alterações no capital próprio no período 2016
(Valores expressos em euros)

DESCRICÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajust. em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	50 000,00	0,00	0,00	0,00	4 884,51	29 790,12	-17 971,28	0,00	0,00	-236,98	66 466,37
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2										236,98	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-236,98	0,00	0,00	236,98	0,00
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3											
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Entradas para cobertura de perdas											17 569,06	17 569,06
Outras operações											17 806,04	17 569,06
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	5	50 000,00	0,00	0,00	0,00	4 884,51	29 790,12	-18 208,26	0,00	0,00	0,00	84 035,43
(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros	6=1+2+3+5											0,00

O Técnico Oficial de Contas

Helia Santo

A Administração

PENAPARQUE 2
GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
MUNICIPAIS DE PENACOVA, EM

A Administração,

Helia Santo

PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROM EQUIP MUNIC PENACOVA, E.M_506.963.802

Demonstração das alterações no capital próprio no período 2017

(Valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio	
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajust. em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio		Resultado líquido do período
6	6	50 000,00	0,00	0,00	0,00	4 884,51	29 790,12	-18 208,26	0,00	0,00	0,00	17 569,06	84 035,43
7	7					1 756,90	15 812,16					-17 569,06	0,00
8	8					1 756,90	15 812,16	0,00	0,00	0,00	0,00	-17 569,06	0,00
9=7+8	9=7+8											20 770,79	20 770,79
												3 201,73	20 770,79
10	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11=7+8+10	11=7+8+10	50 000,00	0,00	0,00	0,00	6 641,41	45 602,28	-18 208,26	0,00	0,00	0,00	20 770,79	104 806,22

Espinheira, 2 de abril de 2018

O Técnico Oficial de Contas

Helia Santo

PENAPARQUE 2

GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
MUNICIPAIS DE PENACOVA, EM

A Administração,

A Administração

Helia Santo

Helia Santo



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M.**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 178.280,08 euros e um total de capital próprio de 104.806,22 euros, incluindo um resultado líquido de 20.770,79 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M.** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;



- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Coimbra, 9 de abril de 2018

José Joaquim Marques de Almeida
Em representação de:
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

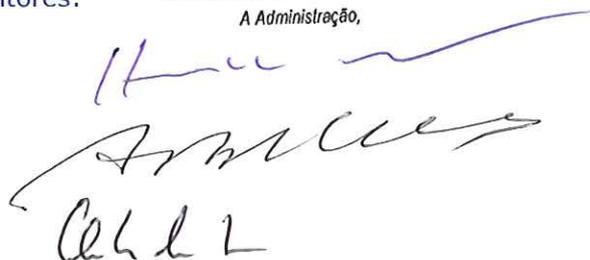
Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de prestação de contas do exercício de 2017 da PENAPARQUE2 – GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS DE PENACOVA E.M. declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas (individuais) ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que, designadamente:

- a) não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;
- b) identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;
- c) não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;
- d) evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;
- e) incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;
- f) evidenciam que foram respeitadas as normas da contração pública aplicáveis e cumpridos pontual e tempestivamente todos os acordos e contratos com terceiros;
- g) evidenciam que foram respeitadas as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho bem como observaram as incompatibilidades e limitações previstas aí, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais;
- h) foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

Os responsáveis subscritores:

PENAPARQUE 2
GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
MUNICIPAIS DE PENACOVA, EM
A Administração,



Relatório de Boas Práticas de Governo Societário - 2017

PENAPARQUE 2 E.M.

✓
elly
B

A. Objetivos e Missão

A PENAPARQUE2 E.M. tem como missão a gestão e promoção de equipamentos municipais, tal como está na sua designação oficial. O principal objetivo é promover Penacova através das suas áreas de atuação, quer seja através de captação de empresas para os seus espaços de acolhimento, quer seja através da promoção de diversos equipamentos em tão diversas áreas que vai da hotelaria até ao estacionamento.

B. Estrutura Acionista

A PENAPARQUE2 E.M., enquanto Entidade que pertence ao Setor Público Empresarial Local, tem um Capital Social de 50.000,00 €, integralmente subscrito pelo Município de Penacova.

C. Participações Sociais

A PENAPARQUE2 E.M. não detém nem participações sociais nem obrigações de outras entidades.

D. Prestação de Garantias Financeiras

Não existem.

E. Plano de Atividades e Orçamento

O Plano de Atividades e Orçamento é apresentado anualmente pelo Órgão de Gestão, o Conselho de Administração, ao órgão executivo da Câmara Municipal de Penacova, que delibera a sua aprovação ou não.

F. Documentos Anuais de Prestação de Contas

Os documentos anuais de prestação de contas incluem o Relatório de Gestão, os Anexos das Demonstrações Financeiras, Demonstração de Resultados e Balanço, o parecer do Revisor Oficial de Contas e a Ata de Aprovação de Contas. Todos estes documentos são preparados pelo

Conselho de Administração e aprovados ou não pelo Executivo da Câmara Municipal de Penacova.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'J. J. J.', is located in the top right corner of the page.

G. Órgãos Sociais

De acordo com o artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto de 2012, os órgãos da PENAPARQUE2 E.M. são os seguintes:

- O Conselho de Administração;
- O Fiscal Único;
- A Assembleia Geral.

1. Conselho de Administração

A PENAPARQUE2 E.M. tem como órgão de administração um conselho de administração, com um elemento remunerado (número 3, art.º 25.º do Decreto-Lei 50/2012, de 31 de Agosto de 2012), a quem cabe garantir o cumprimento dos objetivos base, delinear a estratégia adequada à empresa, bem como exercer a totalidade dos poderes de gestão da entidade, sendo assim o único órgão com funções de gestão no seu seio.

Em 2013 o mandato do Conselho de Administração foi terminado com a eleição de novos órgãos executivos da entidade pública participante (Município de Penacova), e um novo mandato teve o seu início a 13 de Dezembro com a tomada de posse dos mesmos elementos, por força da deliberação da Assembleia Geral.

✓
 Celso
 Cel

A composição do conselho de administração é a seguinte:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		N.º Mandatos Exercidos na Entidade
			Ata Tomada Posse	Data	
15-01-2010 a 12-12-2013	Presidente	Humberto José Baptista Oliveira	204	09/12/2013	2
13-12-2013 a 31-10-2021					
18-05-2012 a 12-12-2013	Membro	Celso Gaspar Vieira Simões	204	09/12/2013	2
13-12-2013 a 31-10-2021					
15-01-2010 a 12-12-2013	Membro	António Ralha Ribeiro	204	09/12/2013	2
13-12-2013 a 31-10-2021					

Os elementos curriculares dos membros do Conselho de Administração, são os descritos de seguida:

Humberto José Baptista Oliveira

Registo académico:

Licenciado em Economia em 1996 pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra;

Pós Graduação em Contabilidade e Auditoria em 2007 pela Universidade de Aveiro

Registo profissional:

Presidente do Município de Penacova desde 2009

Presidente do Conselho de Administração da PENAPARQUE2 E.M. desde 2010

Vogal do Conselho de Administração das Águas do Mondego S.A. desde 2011

Sócio Gerente da Contas Simplificadas Lda (2002-2008)

Assessor de Administração, Materiais de Construção Progresso de Mortágua S.A. (2004-2005)

Gerente da PENAPARQUE – Investimento e Gestão do Parque Industrial de Penacova Lda (2002-2004)

Coordenador Geral da PENSAR – Associação de Desenvolvimento Integrado de Penacova (2001-2004)

Diretor Financeiro da PENAGESSO – Projeção de Gesso de Penacova Lda (2000-2001)

Formador e Consultor em diversos programas de formação (1997-2008)

Equiparado a Professor Assistente na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria (2007-2009)

Equiparado a Professor Adjunto na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliviera do Hospital (2005-2007)

Celso Gaspar Vieira Simões

Registo académico:

Licenciatura em Economia em 2008 pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Estudos Avançados em Economia em 2008, pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Registo Profissional:

Membro do Conselho de Administração da PENAPARQUE2 E.M. desde 2012

Colaborador a título consultivo do Município de Penacova desde 2012

Estágio no âmbito do PEPAL no Município de Penacova (2011-2012)

Adjunto de Chefe de Loja na Lidl Lda (2008-2011)

António Ralha Ribeiro

Registo académico:

Licenciado em Engenharia Eletrotécnica em 1971 pelo Instituto Superior Técnico

Registo Profissional:

Subdiretor da Rede Elétrica da Zona Centro, na EDP, de 1981 a 2008

2. Fiscalização

O órgão de fiscalização da PENAPARQUE 2 E.M. é o Fiscal Único nos termos dos números 2 e 5 do Artigo 25.º do Decreto-Lei 50/2012 de 31 de Agosto de 2012. Foi decidido em Assembleia Municipal do Município de Penacova (Órgão Deliberativo da PENAPARQUE2 E.M.) do dia 28 de Dezembro de 2013 que o Fiscal Único é a empresa Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A..

3. Revisor Oficial de Contas

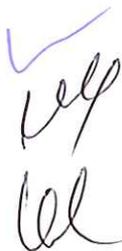
As funções de Revisor Oficial de Contas, nos termos dos Estatutos da PENAPARQUE2 E.M., são desempenhadas pelo Fiscal Único.

4. Assembleia Geral

A Assembleia Geral foi constituída em 9 de Dezembro de 2013, nomeada pelo Executivo do Município de Penacova a 6 de Dezembro de 2013, e tem como elemento único:

João Filipe Martins Azadinho Cordeiro como elemento representante do Município de Penacova.

Este órgão já teve como atividade a nomeação do Conselho de Administração para novo mandato a 9 de Dezembro de 2013.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'V. Simões', is located in the top right corner of the page.

5. Remunerações

I. Competência para a Determinação

As remunerações dos órgãos sociais são fixadas pela Assembleia Geral, de acordo com o Artigo 26.º do Decreto-Lei 50/2012 de 31 de Agosto de 2012. Tendo em conta o descrito no número 3 do Artigo 25.º do Decreto-Lei 50/2012 de 31 de Agosto de 2012, somente um elemento do Conselho de Administração é remunerado. Em 2015, as remunerações do Conselho de Administração estruturam-se da seguinte forma:

Cargo	Nome	Vencimento	Subs. Alimentação	Ajudas - Deslocações em Viatura Própria	Senhas de Presença
Presidente	Humberto José Baptista Oliveira	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Membro	Celso Gaspar Vieira Simões	14.417,76 €	998,82 €	3.632,27 €	0,00 €
Membro	António Ralha Ribeiro	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

II. Estrutura das Remunerações

Nos termos do número 2 do Artigo 30.º do Decreto-Lei 50/2012 de 31 de Agosto de 2012, o valor das remunerações dos membros dos órgãos de gestão ou de administração das empresas locais é limitado ao valor da remuneração de vereador a tempo inteiro da Câmara Municipal respetiva. No caso da PENAPARQUE2 E.M., ao único elemento remunerado foi estipulado uma remuneração mensal de 1.000,00 euros no primeiro mandato, ao qual acresce subsídio de alimentação de 4,27 euros por dia, e os custos com as deslocações em serviço em viatura própria de acordo com os termos da lei. Para o segundo mandato o valor da remuneração deste elemento da administração foi estipulado em 1.201,48€, sendo que o valor correspondente a esta remuneração foi adiado devido à normativa do Orçamento Geral de Estado que prevê a obrigatoriedade

de não aumento dos Encargos com Pessoal em relação ao ano anterior. Esta aplicação surgiu efeito no ano de 2017 com a garantia de não aumento dos custos de pessoal em relação ao exercício anterior.

III. Divulgação das Remunerações

A indicação do montante anual da remuneração auferida pelos membros do órgão de administração está mencionada no ponto A deste capítulo.

O montante anual de remuneração auferida pelo Fiscal Único é de 1.201,48 euros.

H. Transparência

A PENAPARQUE2 E.M. efetua uma prestação contínua de informações sobre o seu desempenho ao seu acionista ao longo do ano, quer seja através de comunicações diretamente ao Executivo Municipal, quer seja através do seu Presidente do Conselho de Administração que é simultaneamente Presidente da Câmara Municipal de Penacova.

Como a PENAPARQUE2 E.M. não se encontra classificada nos grupos A e B nos termos das Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 16/2012 de 14 de Fevereiro, e 18/2012 de 16 de Fevereiro, não está obrigada a submeter a informação financeira anual a uma auditoria externa.

I. Corrupção, Ética e Conduta

Não existem ocorrências nem riscos de ocorrências de factos mencionados na alínea a) do n.º1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de Setembro.

O Conselho de Administração atuam perante uma forte conduta de ética, e trata com equidade todos os seus fornecedores, clientes e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa.

J. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

Não aplicável.

K. Responsabilidade Social

A PENAPARQUE2 E.M. tem adotado diversas medidas de contenção de despesa ao nível da eletricidade, o que contribui indiretamente para a diminuição das emissões de dióxido de carbono (tendo em conta a estrutura média de produção em Portugal por fontes de energia). Por outro lado, tem existido uma promoção da instalação de Parques Eólicos no Concelho de Penacova, através de Contrato Programa celebrado com o Município de Penacova, no âmbito do qual a EDP Renováveis tem um estudo em curso.

L. Recursos Humanos e Promoção de Igualdade

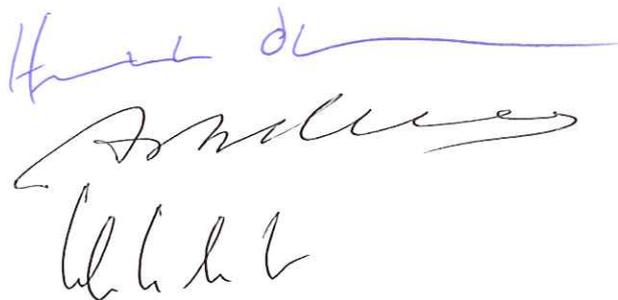
A motivação dos Recursos Humanos é uma atividade diária na gestão da PENAPARQUE2 E.M., existindo uma plena consciência por parte do Conselho de Administração que o seu maior ativo são os seus colaboradores, tratando-os com respeito e integridade. Tendo em conta a sua estrutura de recursos humanos, e as interações diárias, não existem quaisquer tipos de discriminação ou de desigualdade de oportunidade entre géneros.

M. Independência e Participações Patrimoniais

Os membros do Conselho de Administração não possuem qualquer tipo de relações com os fornecedores e clientes da PENAPARQUE2 E.M. ou com as Instituições Financeiras com que a empresa trabalha, que possam ser suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

N. Divulgação de Informação

A PENAPARQUE2 E.M. procede à divulgação de toda a informação atualizada, no site do Município de Penacova, no separador específico da PENAPARQUE2 E.M..

Three handwritten signatures in blue ink are visible, stacked vertically. The top signature is the most legible, appearing to be 'Henrique de...'. The middle signature is more stylized, and the bottom one is very cursive.

PENAPARQUE 2
GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
MUNICIPAIS DE PENACOVA, EM
A Administração,



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176 * CMVM n.º 20161478

PARECER DO FISCAL ÚNICO

Sobre o conteúdo do relatório de boas práticas de governo societário referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Exma. Administração
Exmo. Detentor do Capital

O Fiscal Único verificou se o Relatório de Boas Práticas de Governo Societário do **PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M.**, incluía os elementos informativos sobre a estrutura e as práticas de governo societário, referidos no Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de Outubro.

Após aquela análise, o Fiscal Único atesta, conforme requerido no n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de Outubro, que o Relatório de Boas Práticas de Governo Societário mencionado no parágrafo anterior, inclui todos os elementos informativos acima referidos e exigíveis ao **PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M.**, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

Coimbra, 9 de abril de 2018


José Joaquim Marques de Almeida
Em representação de
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.